

LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONOMICO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE LONDRINA-PR

Isabeli Ramos Neves¹

Resumo: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória, não-probabilística e por conveniência. O trabalho visa levantar o perfil socioeconômico dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem da cidade de Londrina. A análise apresenta relevância, pois as cooperativas de reciclagem possuem grande importância para o município no que tange a diminuição de resíduos para os aterros. Dessa forma, é importante identificar as condições socioeconômicas dos envolvidos. O município de Londrina possui sete cooperativas nos diversos bairros, que são vinculadas a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU) e atende a cidade toda incluindo a zona rural. Para alcançar o objetivo, foi realizado um levantamento de dados, junto aos participantes das cooperativas por meio de questionário. Como resultado, nota-se que a renda obtida do trabalho, em sua maior parte ainda é baixa, os trabalhadores e trabalhadoras pesquisados, possuem uma quantidade de filhos a cima da média nacional, a escolaridade destes não é condizente com a média nacional e são moradores da periferia.

Palavras-Chave: Catadores; Coleta Seletiva; Resíduos Sólidos.

INTRODUÇÃO

Um dos problemas e desafios enfrentados pelos grandes centros, são as formas de descarte ambientalmente corretas de resíduos sólidos, que, quando gerenciados de maneira inadequada, geram problemas. De acordo com Mota (2006), quando os resíduos são descartados a céu aberto, por exemplo, nos terrenos baldios, promove a proliferação de insetos e roedores, que expõem a população ao risco de serem infectadas por doenças transmitidas pelos mesmos, provocando também, mal odor e se torna esteticamente desagradável.

A Lei nº 12.305/2010 previa o fechamento dos lixões até 02 de agosto de 2014. Essa, estabeleceu esse período para municípios se adequarem e destinarem seus resíduos de forma ambientalmente correta, ou seja, através de aterros sanitários. No entanto, houve a solicitação da prorrogação do prazo, através do Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2014, dessa forma, a data prevista para o fechamento dos lixões passou a ser até 2018, englobando as capitais e regiões metropolitanas e para até 2021, para os municípios com menos de 50 mil pessoas (RBA, 2015).

Um dos desafios encontrados até o presente momento é a implementação da coleta seletiva, que seria uma forma de garantir a redução dos resíduos que diariamente têm sido encaminhados aos aterros, garantindo a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, cerca de 59% dos municípios ainda dispõem seus resíduos de forma inadequada, em valas a céu aberto ou em aterros controlados (BATALHA, 2015).

¹ Mestranda, Universidade Estadual de Londrina, isa_beli20@hotmail.com

Londrina iniciou seu processo de introdução da coleta seletiva no ano de 1996, com a iniciativa dos catadores de resíduos recicláveis, os quais se organizaram em ONGs, ou sem uma organização definida, faziam a coleta por conta própria e realizavam a comercialização para as empresas especializadas no recebimento desse material. A partir de então, surgem as cooperativas, que agrupou os trabalhadores, tornando-se, então, um meio mais lucrativo para a coleta dos materiais recicláveis. As cooperativas instaladas na cidade, são responsáveis pela separação dos resíduos coletados na fonte geradora. A gestão do serviço público de coleta de resíduos é de responsabilidade da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). De acordo com o órgão, a atividade de coleta direta porta a porta realizada em Londrina tem sido efetiva por muitos anos devido à inclusão de catadores no processo.

Dessa forma, entende-se a necessidade de estudar mais a fundo os fenômenos que impulsionam e impulsionaram a integração em grupo que levou essas pessoas a trabalharem com materiais reciclável. Mesmo entendendo que existem acordos internacionais e nacionais, que trabalham na perspectiva de buscar respostas as questões ambientais, a fim de, diminuir ao máximo os impactos causados pelo homem, seria inocência pensar que esses trabalhadores se uniram no pensamento, pelo menos inicialmente, de colaborar para essa pauta. Infelizmente vivemos em um país onde a desigualdade social é grande e a miséria, a falta de emprego e outros aspectos socioeconômicos, levam as pessoas a se submeterem a subtrabalhos para sobreviverem.

Assim, depois da intervenção do município, que de certa forma trabalhou ao seu próprio favor, integrando alguns catadores que trabalhavam individualmente e auxiliando outros no processo de formalização, mas que, ainda de forma precária, já geravam renda, entende-se a importância de verificar quem são esses trabalhadores e como vivem. Então, o objetivo desse, será levantar os aspectos socioeconômicos dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem de Londrina. Levantar, também, informações sobre o sistema de coleta seletiva de Londrina e analisar os impactos sociais e econômicos dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem de Londrina.

REFERENCIAL TEORICO

O sistema de acumulação capitalista não possibilita a existência de emprego para todos, e temos como realidade a inclusão ou exclusão de pessoas no mercado formal de trabalho. A inclusão ou exclusão no mercado de trabalho está vinculada à falta de capacitação dos trabalhadores para o trabalho, o que na maioria das vezes atinge às minorias, entre elas estão os moradores de rua e de favela, negros, homossexuais entre outros. É possível ressaltar ainda, que há uma grande quantidade de pessoas no Brasil que está à margem da sociedade e que nunca foram inseridas no mercado formal de trabalho, e nem ao menos no convívio social. Essa realidade se faz presente em nossa sociedade há muito tempo, os pais vem deixando de herança esse legado para seus filhos e os filhos para seus filhos e assim por diante (SILVA E SILVA, 2010).

No Brasil existem políticas sociais voltadas para a população pobre, contudo essas não são contínuas e nem efetivas, pois servem como uma regulação da pobreza, e o trabalho é assistencialista. A tentativa de melhorar as condições de vida da população mais pobre é uma luta que vem sendo travada há alguns anos no Brasil, através do esforço de trabalhadores e da intervenção do estado com as políticas públicas. Essas são marcadas pela Constituição de 1988 que assegura os direitos sociais, mas também pela crise do Estado em 1980 e, finalmente, pela introdução do projeto neoliberal nos anos de 1990 (SILVA E SILVA, 2010).

Compreende-se que além do desenvolvimento e manutenção das indústrias de materiais recicláveis, necessária para sobrevivência ambiental, populacional e cumprimento de normas e tratados no âmbito nacional e internacional, o crescimento de trabalhadores na coleta de resíduos, está também relacionado com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho a partir dos anos de 1990. De acordo com Pochmann (2003), a partir desse momento, com a inclusão da política neoliberal e menor proteção social do trabalho, o Brasil passa a registrar um crescimento expressivo nas formas precárias de trabalho, havendo o aprofundamento da exclusão no campo do trabalho. Reis (2006), relata que durante a década de 90 o aumento da taxa de desemprego no Brasil foi grande devido a liberalização comercial, a incorporação de novas tecnologias na produção e no aumento do comércio internacional resultaram numa diminuição das vagas de trabalho. Como consequência desse fenômeno, a rua torna local de trabalho, para os desempregados. Uma das categorias de trabalhadores, são os catadores de material reciclável, que atuam nas cidades catando papel, vidro, lata e outros materiais. Vê-se então, um número expressivo de homens, mulheres e crianças sendo absorvidos pelo mercado informal e desqualificado da catação de lixo ou de material reciclável de forma rápida. (GORBÁN, 2004),

Bosi (2008), pontua que existe uma parcela considerável de catadores que são decorrentes do campo, onde nasceram, cresceram e iniciaram sua atividade laboral. Ao migrar para a cidade, são introduzidos a trabalhos com condições precárias devido a não necessidade de qualificação específica. Autores como Cavalcante e Franco (2007), Medeiros e Macedo (2006), Bosi, (2008) e Severo (2008) ressaltam ainda em suas obras, que a exploração da força de trabalho dos catadores possui raízes históricas nas consequências do êxodo rural.

“Em grande parte, são pessoas que têm sua origem no meio rural e que vieram buscar na cidade melhores condições de vida. Chegando à cidade, se defrontam com a nova conformação produtiva, maiores restrições de acesso ao mercado de trabalho formalizado, tendo de ocupar, portanto, a franja produtiva, em atividades como a catação” (SEVERO, 2008, p. 24).

Medeiros e Macedo (2006) defendem que os catadores são excluídos do mercado formal de trabalho e veem na catação um trabalho que possibilita sua sobrevivência, por vezes de maneira informal. Mesmos com esses elementos, o trabalhador se sente incluído. Os autores destacam que essa inclusão é perversa devido a exploração desse mercado está sendo feita por inúmeros segmentos e até mesmo por organizações terceirizadas, interessadas na lucratividade, o que conduz paulatinamente para nova exclusão dos catadores. Portanto, para Sawaia (1999), os termos “incluídos” e “excluídos” são da mesma substância e indissociável, pois a mesma sociedade que inclui exclui os indivíduos. Dessa forma,

interpretar o sentido do trabalho para o catador de material reciclável é fundamental para compreender o comportamento desse trabalhador num mundo pós-moderno, “no qual a dimensão profissional ainda tem papel fundamental para a formação da identidade e para o bem estar das pessoas” (CAVAZOTTE, LEMOS e VIANA, 2012, p. 165).

Legislação dos Resíduos Sólidos

De acordo com o Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva de 2013, o tratamento dado aos resíduos sólidos é um dos maiores desafios enfrentados pelas administrações públicas no Brasil e no mundo. A gestão empregada aos resíduos afeta diretamente as condições de saúde, sociais, ambientais, econômicas e até culturais de uma comunidade. Com a realização de investimento de forma adequada considerando as particularidades de cada resíduo sólido, a consequência são benefícios de curto, médio em longo prazo para toda a sociedade com desenvolvimento sustentável. Para se atingir esse objetivo, é necessário a construção de sistema integrado, participativo, onde as responsabilidades são compartilhadas, que exista metas e indicadores definidos, com acompanhamento e revisão periódica, busca por formas de incentivo a não geração, à redução de resíduos e a reciclagem, restando somente como rejeito aquilo que realmente não puder ser reaproveitado.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) define a gestão integrada dos resíduos sólidos como o “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”. Para a implantação dos Planos Municipais ou Intermunicipais de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, há três princípios básicos:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada pela Lei 12.305/10 (PNRS), traz uma nova visão no manejo de resíduos sólidos no Brasil. A inovação da PNRS, veio também no que tange as relações sociais que envolvendo a cadeia de resíduos. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores, existem no Brasil, aproximadamente, 500 mil trabalhadores que têm na coleta de resíduos sua fonte de renda. Apesar dos avanços e da profissão de catador já ter sido reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as condições em que esses trabalhadores atuam são, em sua maior parte, precárias, tanto na natureza de seu trabalho, como em relação à exploração econômica que sofrem por parte de empresários que praticam um preço de compra de materiais até três vezes menor que o de revenda. Dessa forma, os municípios devem estabelecer em suas metas, também a preocupação social de inclusão de catadores, reconhecidos como agentes atuantes no manejo de resíduos e na logística reversa. (Brasil: Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva, 2013)

Pode-se dizer então que o principal avanço promovido pela PNRS foi o de propor uma visão sistêmica da coleta de resíduos, levando em consideração as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública. De acordo com a PNRS, os municípios terão de estabelecer

metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada. Os municípios devem, ainda, por meio de seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), estimular o fortalecimento institucional de cooperativas e associações, em prol da melhoria das condições de trabalho dos catadores, e a pesquisa voltada à integração das ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

O protagonista no sistema de reaproveitamento de resíduos sólidos, os catadores de materiais recicláveis, que na maioria dos municípios, possuem condições de trabalho precárias, arrastando carroças pesadas, debaixo de sol e chuva. Mesmo assim, a coleta e revenda desses materiais têm se tornado a principal alternativa econômica para a sobrevivência de muitas pessoas. A inclusão social dos catadores de materiais recicláveis é o caminho para o sucesso do futuro Programa de Coleta Seletiva, que incluirá contribuição ambiental e social, além de geração de trabalho e renda no município. A Lei 11.445/2007, que estabeleceu a Política Nacional de Saneamento Básico, permite a contratação de associações e cooperativas, por meio de convênio, para a execução dos serviços públicos de coleta e/ ou gestão da central de triagem de resíduos. Lembrando que esses são serviços públicos, cuja execução deve ser remunerada.

Londrina conta com coleta seletiva desde 1996. Contudo, a inserção de catadores no sistema ocorreu apenas cinco anos depois, em 2001, por meio de um programa municipal. Hoje, a cidade se destaca como exemplo de gestão eficiente dos materiais recicláveis, com inclusão de catadores. Uma vez integrados ao processo de reciclagem, os catadores do aterro da cidade, foram incentivados pelo governo municipal, num primeiro momento, a se organizarem em associações. Posteriormente, a cidade foi dividida em setores, distribuídos entre as associações, a fim de criar um sistema de coleta em rede mais bem organizado e com inclusão social dos catadores. (Brasil: Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva, 2013)

Atualmente Londrina conta com O “Programa Londrina Recicla”, que estimula a formação de cooperativas de trabalhadores. Esse programa foi instituído por meio do Decreto Municipal nº 829/2009, que além do estímulo a formação, promove a qualificação e aprimoramento das práticas, conquistando assim uma relação de trabalho mais humanizado para os catadores. (CMTU- Londrina).

O primeiro contrato de prestação de serviço realizado de coleta seletiva pela CMTU, aconteceu em 2010, com a COOPER REGIÃO. A contratação foi realizada por meio de dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal de Licitação nº 8.666/1993, em seu Artigo nº 24, inciso XXVII. Atualmente a cidade conta com sete cooperativas devidamente credenciadas, que “empregam” 450 recicladores, espalhadas em seu território, atendendo a zona urbana e rural. Esse número permanece desde 2015. O atendimento do território está definido da seguinte maneira: COOPER REGIÃO atende 39%; COOPEROESTE atende 14%; a COOCEPEVE atende 11%; a COOPERMUDANÇA atende

10%; a COOPERNORTH atende 10%; a COOPER REFUM atende 9% e a ECORECIN atende 8%. (CMTU- Londrina).

A partir do estabelecimento do contrato as cooperativas recebem pela prestação do serviço de coleta, subsídios para apoio administrativos e técnicos, para compra de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como para o pagamento de alugueis dos barracões, onde são realizadas a triagem do material reciclável recolhido. A coleta seletiva no sistema porta a porta é realizada uma vez por semana em cada setor. (CMTU- Londrina).

De acordo com os dados da CMTU, atualmente, a coleta seletiva é realizada em 100% da área urbana, totalizando 219.993 domicílios, recolhendo em média 13.618.140 kg de material reciclável que é comercializado diretamente no mercado. Esse número inclui os distritos, patrimônios e vilas rurais.

MATERIAIS E MÉTODOS

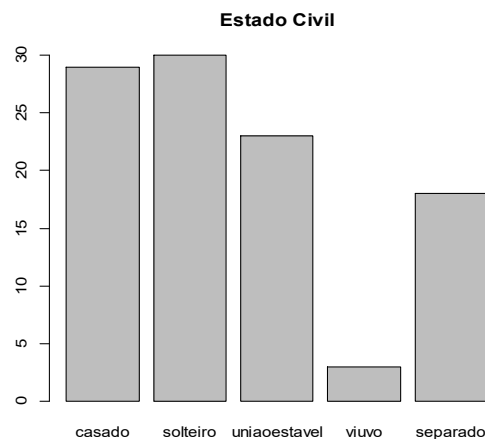
No presente trabalho, foi realizada, uma pesquisa de levantamento, exploratória, não-probabilística e por conveniência, com o objetivo de obter maior familiaridade com o problema de forma a torná-lo mais explícito. Se trata de uma pesquisa quantitativa, que tem por objetivo, segundo Gil (1991), traduzir em números os dados obtidos, para que possam ser analisados e classificados a partir de técnicas estatísticas. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários. Para Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, une a pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

Atualmente, existem sete cooperativas de reciclagem que atuam na cidade de Londrina, totalizando, aproximadamente 400 cooperados. Para coletar de dados, foi realizado contato preliminar com as cooperativas, via telefônico e e-mail, com informações disponibilizadas pela CMTU. Logo após, foi solicitada permissão para a realização da pesquisa e agendamento de horário. Das sete cooperativas, seis foram constatadas para realização da pesquisa, cinco foram visitadas, mas somente três foram efetivamente pesquisadas. No total, foram aplicados 103 questionários. Esse número poderia ter sido maior, mas uma das limitações encontradas foi a dificuldade e resistência dos trabalhadores em responder sozinhos os questionários. Assim, foi necessário realizar o preenchimento com eles um a um.

O instrumento escolhido, como já colocado, foi o questionário, composto por perguntas fechadas permitindo obter informações relevantes para o objetivo da pesquisa, tais como, sexo, escolaridade, idade, etnia, número de filhos, condições da moradia, renda familiar e individual e tempo de trabalho. Foram utilizadas também perguntas que expressasse a satisfação dos cooperados com o trabalho. Para interpretação dos dados foram utilizados gráficos e tabelas com a finalidade de demonstrar os resultados obtidos na pesquisa.

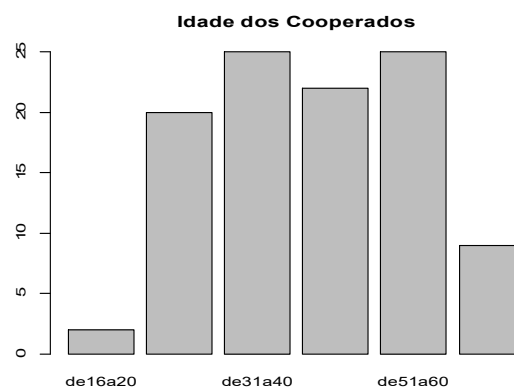
RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, segundo dados de 2014 do IBGE, o número de filhos por casal vem caindo, no que na década passada era de 2,14 filhos, passou para em média 1,74. Essa realidade não se reflete nas famílias dos trabalhadores de reciclagem, que possuem em média **[1] 2.736842**, taxa bem mais alta que a média nacional. No que tange ao número de pessoas por domicílio, não há uma discrepância, pois a média dos catadores é de **[1] 3.349515**, que está muito próximo a média nacional que é de 3,34. Como é possível observar no gráfico abaixo, 28,15% dos trabalhadores são casados, 29,12% solteiros, 22,33% vivem em união estável, 2,91% são viúvos e 17,47% são separados.



Fonte: Autora

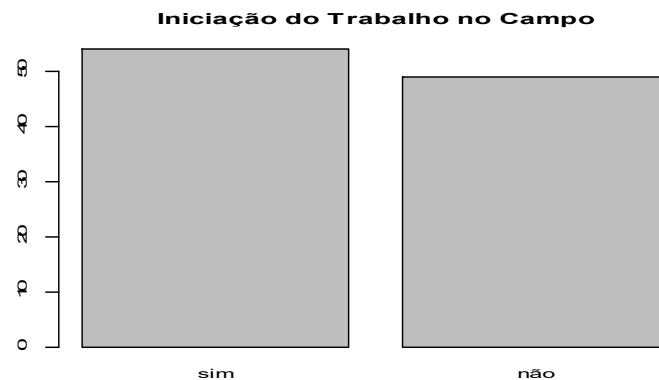
Conforme levantamento realizado nas cooperativas de reciclagem de Londrina, existe um número pouco expressivo de cooperados com idade entre 16 e 20 anos, sendo esses somente 2 de uma população de 103. Nota-se a maior parte dos cooperados tem idades entre 21 a 30 anos, sendo que 24,27% dessa população variam de 31 a 40 anos ou de 51 a 60 anos, como demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: Autora

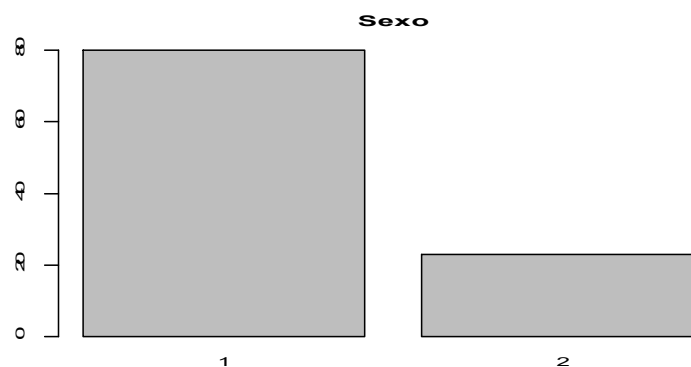
Bosi (2008), pontua que existe uma parcela considerável do catadores que são decorrentes do campo, e ao migraram para a cidade são introduzidos em trabalhos com condições precárias dividido a não

necessidade de qualificação específica. A realidade apontada por Bosi (2008), se aplica as cooperativas de Londrina, pois 52,42% dos cooperados, iniciaram sua vida no trabalho no meio rural.



Fonte: Autora

A maior parte dos trabalhadores, é do sexo feminino, sendo 80 (77,66%) contra somente 23 homens (22,33%).



Fonte: Autora

De acordo com os estudos efetuados por Silva e Silva (2010), o sistema de acumulação capitalista não possibilita a existência de emprego para todos, e temos como realidade a inclusão ou exclusão de pessoas no mercado formal de trabalho. A inclusão ou exclusão no mercado de trabalho está vinculada à falta de capacitação dos trabalhadores para o trabalho, o que na maioria das vezes atinge às minorias, entre elas estão as mulheres, os moradores de rua e de favela, negros, homossexuais entre outros.

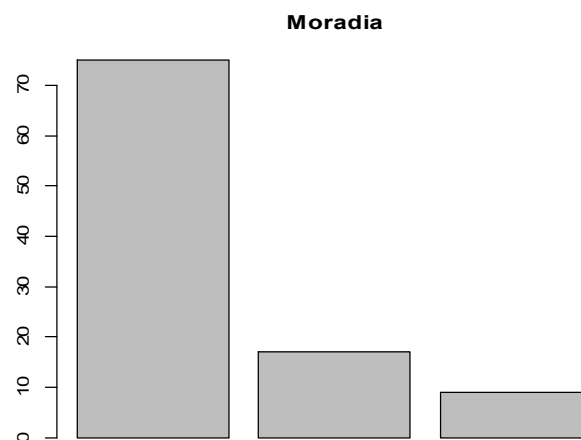
Os dados acima apresentados, indicam que grande parte dos trabalhadores residem na zona norte, sul e centro da cidade de Londrina. Esses dados demonstram que os associados, representam o que Silva e Silva(2010) apontam, pois essas regiões representam os grandes bolsões de pobreza da cidade. Os que declaram morar na zona norte e zona sul da cidade, acrescentaram que moravam em casas oriundas do programa de habitação “Minha Casa Minha Vida”, concedidas para pessoas de baixa renda ou que residiam em fundos de vale. Os moradores da região central aqui representados, possuem uma característica peculiar, pois são moradores da Vila Marizia, onde se localiza um dos entrepostos da cooperativa Cooper Região, que é considerado centro, mas é um bairro que iniciou como invasão, e que

hoje se encontra regularizado, mais ainda com situação de pobreza e alta vulnerabilidade social. Dessa forma, nota-se que até mesmo os moradores da região central, onde normalmente, vivem pessoas com maior acesso, nesse caso, são pessoas que vivem à margem.

Residente da região	Quantidade	Porcentagem (%)
Zona norte.	38	36,89
Zona sul.	20	19,41
Zona leste.	10	9,7
Zona oeste.	9	8,73
Centro	19	18,44
Outros	7	6,79
Total	103	100

Fonte: Autora

A representação de que a maioria dos trabalhadores foram beneficiados com a concessão de casas vinculadas ao programa de habitação “Minha casa, Minha Vida” se mostra no gráfico abaixo, onde 74,50%, desses possuem casa própria.



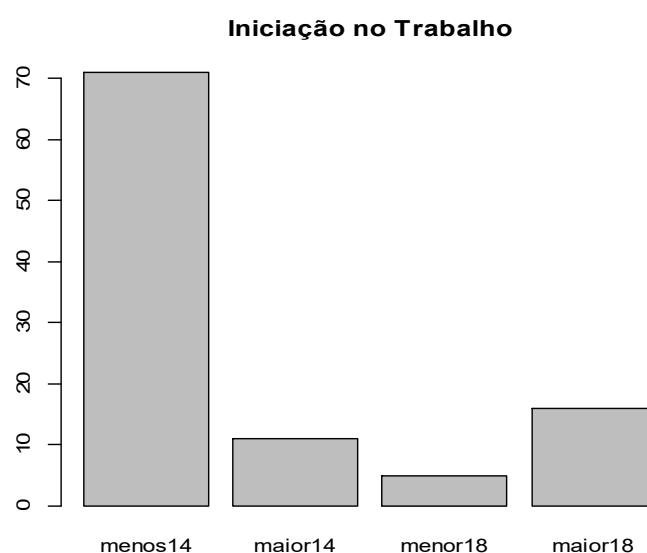
Fonte: Autora

Nessa mesma perspectiva do olhar de Silva e Silva (2010), a população de trabalhadores de reciclagem, não possuem alto grau de escolaridade, como demonstra o quadro. De acordo com o IBGE, no ano de 2014, adultos de 25 anos ou mais atingiu pelo menos 11 anos de estudo, sendo que 40,3% representado pelos homens e 44,5% pelas mulheres. Essa estatística não se aplica aos recicladores que possuem somente 13,59% de pessoas que concluíram o ensino Médio, que representa esses 11 anos de estudo.

Escolaridade do Cooperado	Quantidade	Porcentagem (%)
Ensino Fundamental 1 Completo	14	13,59
Ensino Fundamental 1 Incompleto	22	21,35
Ensino Fundamental 2 Completo	14	13,59
Ensino Fundamental 2 Incompleto	16	15,53
Ensino Médio Completo	17	16,5
Ensino Médio Incompleto	10	9,7
Ensino Superior Completo	0	0
Ensino Superior Incompleto	1	0,97
Especialização Completa	2	1,94
Especialização Incompleta	0	0
Não estudou	7	6,79
Não sei	0	0
Total	103	100

Fonte: Autora

Esses dados possuem vinculação com a idade de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, pois a maior parte deles iniciaram suas atividades laborais muito cedo, sendo que dos 103 respondentes 71 (68,93%) tiveram sua primeira experiência de trabalho, no campo ou em casa de família, antes dos 14 anos, obrigando essa pessoas a se desligarem da escola.



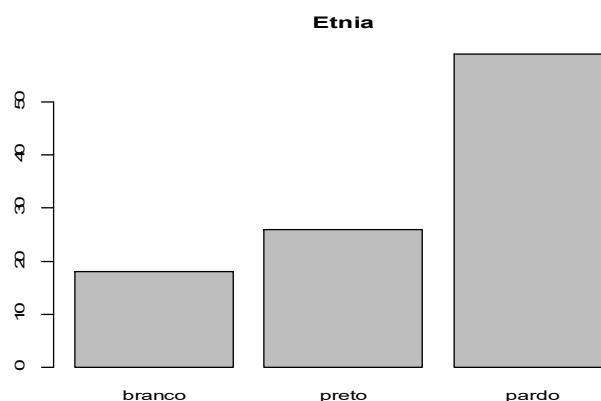
Fonte: Autora

Silva e Silva (2010) ressaltam que há uma grande quantidade de pessoas no Brasil que está à margem da sociedade e que nunca foram inseridas no mercado formal de trabalho, e nem ao menos no convívio social. Essa realidade se faz presente em nossa sociedade há muito tempo, os pais vem deixando de herança esse legado para seus filhos e os filhos para seus filhos e assim por diante. Para Karwarick (1999 apud SILVA E SILVA, 2010), no Brasil existem muitos trabalhadores que atuam informalmente, como os autônomos que ficam sem proteção social e quando são assalariados não recebem o que precisam e acabam por levar uma vida na qual enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades. A realidade de reprodução da história se evidencia quando observamos a escolaridade dos pais dos cooperados, que assim como os filhos não tiveram oportunidade, na grande maioria, de concluir seus estudos, sendo muitos não alfabetizados.

Escolaridade dos Pais	Quantidade Porcentagem		Quantidade Porcentagem	
	Pai	(%) Pai	Mãe	(%) Mãe
Ensino Fundamental I Completo	21	20,38	15	14,56
Ensino Fundamental I Incompleto	11	10,67	11	10,67
Ensino Fundamental II Completo	6	5,82	4	3,88
Ensino Fundamental II Incompleto	4	3,88	11	10,67
Ensino Médio Completo	3	2,91	1	0,97
Ensino Médio Incompleto	0	0	1	0,97
Ensino Superior Completo	0	0	0	0
Ensino Superior Incompleto	0	0	1	0,97
Especialização Completa	0	0	0	0
Especialização Incompleta	0	0	0	0
Não estudou	27	26,21	37	35,92
Não sei	31	30,09	22	21,35
Total	103	100	103	100

Fonte: Autora

Observando os dados coletados, nos deparamos com mais uma realidade apontada por Silva e Silva (2010), onde afirmam a maior parte desses trabalhadores é constituído por negros. Como podemos notar no gráfico, a maior parte dos trabalhadores se declarou pardo, seguidos por preto e em menor número branco.



Fonte: Autora

A renda dos trabalhadores é variável, pois se calcula de acordo com a produção. De uma cooperativa para outra a remuneração se modifica, tendo algumas funções salários fixos, mas a maior parte depende da produtividade do cooperado ou em alguns casos do rendimento do grupo para que o ganho seja determinado. Dessa forma, a maior parte dos trabalhadores, principalmente os que trabalham na separação, não atingem um salário mínimo.

Renda do Cooperado	Quantidade	Porcentagem (%)
Nenhuma renda.	4	3,83
Até 1 salário mínimo	66	64,07
De 1 a 2 salários mínimos	30	29,12
De 2 a 3 salários mínimos	2	1,94
De 3 a 4 salários mínimos	1	0,97
De 4 a 5 salários mínimos	0	0
Superior a 5 salários mínimos.	0	0
Total	103	100

Fonte: Autora

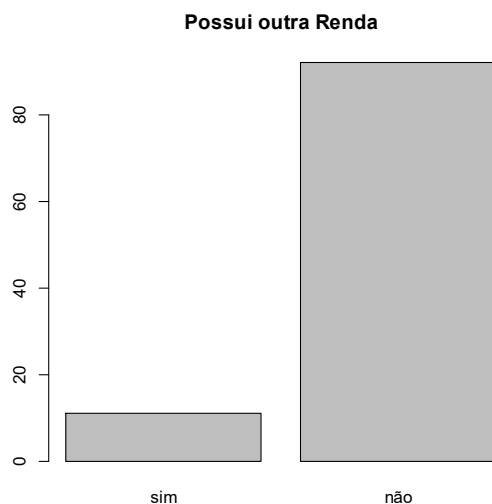
Ao olhar para o rendimento familiar, percebe-se que uma parte significativa dos trabalhadores vivem somente com a renda obtida nesse trabalho, mesmo, muitas vezes havendo outros membros na família com idade produtiva. Nota-se uma pequena porcentagem de não existência de renda, isso ocorreu

em função dos entrevistados serem a única fonte de renda familiar e estarem iniciando suas atividades laborais a menos de um mês.

Renda Familiar	Quantidade	Porcentagem (%)
Nenhuma renda.	2	1,94
Até 1 salário mínimo	41	39,8
De 1 a 2 salários mínimos	39	37,86
De 2 a 3 salários mínimos	11	10,67
De 3 a 4 salários mínimos	9	8,73
De 4 a 5 salários mínimos	1	0,97
Superior a 5 salários mínimos.	0	0
Total	103	100

Fonte: Autora

A maior parte desses trabalhadores não possuem outra atividade de trabalho, formal ou informal. Dos 103 somente 9 possuem trabalhos eventuais, como é demonstrado no gráfico abaixo. As atividades desenvolvidas por eles são: configuração de computadores, eventos, porteiro, marido de aluguel, atendente, lavador de túmulos, artesanato, construção civil, músico e segurança.



Fonte: Autora

Nota-se que a maior parte da mão de obra empregada está vinculada a separação. Das 64 pessoas envolvidas com a separação do material, somente duas são do sexo masculino, constituindo assim, uma função majoritariamente feminina.

Dessa maneira, podemos dizer que as cooperativas de reciclagem de Londrina, trabalham como cooperativa de produção, que consiste na associação de trabalhadores incluindo os administradores, planejadores, técnicos, entre outros profissionais, que tem por objetivo produzir bens e serviço para

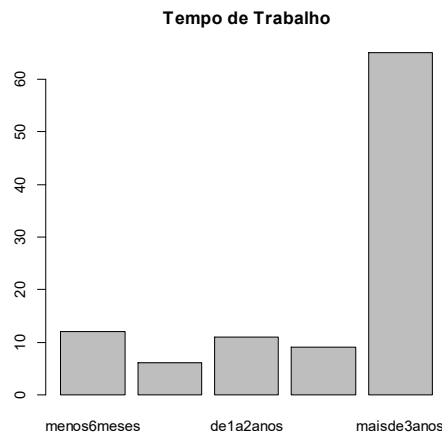
serem vendidos no mercado. Na cooperativa de produção, como nas demais seus membros operam com princípios que garantam a igualdade e a democracia (SINGER, 2002).

Função	Quantidade	Porcentagem (%)
Direção	1	0,97
Secretaria	2	1,94
Motorista	3	2,91
Coletor	2	1,94
Prensista	9	8,73
Separadora	64	62,13
Auxiliar do Pátio	10	9,7
Auxiliar de Caminhão	2	1,94
Gerencia	2	1,94
Presidente	1	0,97
Auxiliar Administrativo	3	2,91
Operador de Empilhadeira	3	2,91
Total	103	100

Fonte: Autora

Um aspecto de grande relevância observado na pesquisa, foi o tempo que os cooperados fazem parte das cooperativas. Para Kreutz (2004), cooperativa é a união voluntária de pessoas autônomas, para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva democraticamente gerida. Como podemos observar no gráfico, a maior parte dos trabalhadores está na cooperativa a mais de 3 anos. Muitos estão desde antes da constituição de cooperativa como prestadora de serviço para o Município. Anteriormente se organizavam em grupos para a coleta de materiais e comercialização dos mesmos, mas os ganhos e visibilidade eram menos expressivos.

Levando em conta os aspectos de socialização mencionado por Kreutz (2004), 77,66% dos respondentes consideram o ambiente de trabalho agradável, e 88,34% gostam da atividade que desenvolvem na cooperativa, pois consideram seu trabalho importante para o desempenho interno e principalmente para a limpeza da cidade. Um dos princípios do cooperativismo definido por Schmidt e Perius (2003) é a preocupação com a comunidade, pois as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus membros.



Fonte: Autora

Considera o ambiente de trabalho agradável	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	80	77,66
Não	22	21,35
Total	103	100

Fonte: Autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa permitiu evidenciar aspectos do perfil dos cooperados de três das sete cooperativas de reciclagem de Londrina. Nota-se que os dados obtidos se repetem fortemente entre os trabalhadores, podendo assim obter características e vivências que representam essa população.

Foi possível perceber que muitos dos trabalhadores são oriundos do campo ou trabalharam como “boias fria” no início de suas atividades laborais. Esse iniciaram sua vida no mundo do trabalho muito cedo, antes dos quatorze anos, muitos quando ainda eram crianças, deixando assim a escola e nutrindo um ciclo vicioso de marginalidade.

A maior parte das pessoas cooperadas são negros ou pardos, reforçando o fenótipo dos marginalizados no Brasil. A média de filhos desses trabalhadores é maior que a média nacional. Em contrapartida, os dados referentes aos ganhos financeiros são preocupantes, pois boa parte não atinge um salário mínimo por mês, sendo esses, em boa parte, mulheres chefes de família.

Alguns aspectos positivos que se mostram, são que a maior parte dos trabalhadores possuem casa própria, em sua maioria, vinculada ao Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Em sua maioria, residem nas zonas sul, norte e centro. Outro aspecto é tempo de vinculação com o trabalho, pois inicialmente, imagina-se que exista uma resistência ao trabalho devido a sua natureza, mas boa parte dos trabalhadores gostam do que fazem, entendem seu trabalho como importante tanto dentro da cooperativa como fora dela, pois sabem que seu trabalho impacta positivamente o Município, auxiliando

no cumprimento de metas estabelecidas para sanar os danos ambientais causados pelo estilo de vida contemporâneo, estilo esse não vivido por esses trabalhadores, que ficam somente com a responsabilidade de “limpar a sujeira”.

Esse levantamento socioeconômico, desvelou várias outras possibilidades de pesquisas, pois muito foi dito pelos respondentes, pois apesar do instrumento ser um questionário com questões fechadas, em virtude da dificuldade e insegurança com a leitura e escrita dos participantes, foi necessário, aplicar um a um absorvendo assim informações que foram além das perguntadas. Um fator recorrente que é passível de maior investigação, é o expressivo número de filhos falecidos, com mortes prematuras, que essa população apresenta. Outro dado levantado que pode ser pesquisado é a relação de número de filhos e o estado civil, pois grande número de mulheres com mais de três filhos por exemplo, são solteiras.

Apesar de haver uma serie de capacitações relativas ao que é cooperativismo e o papel de cada um na cooperativa, nota-se ainda, uma relação de poder muito forte entre os cooperados responsáveis pelo trabalhos braçal, ao olhar para os com funções mais gerenciais, entendendo, muitas vezes, essas figuras com chefes e não se sentindo dono desse negócio. Pode-se entender isso como consequência de um processo histórico de submissão. Dessa forma, existe a cooperação entre os atores, mas ainda se faz necessário o sentimento de empoeiramento dos trabalhadores, para que se sintam possuidores de algo e não somente mais um no processo produtivo.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Elisa. **Lixões: tempo esgotado.** Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/149/reportagens/lixoes-tempo-esgotado>>. Acesso em: 24/01/2018.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, jun. 2008.

Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva, Disponível em: <file:///D:/SISTEMA%20DE%20ARQUIVOS/Desktop/Mestrado/Quant.%20Quali/04.01%20Guia.pdf>. Acesso em: 24/01/2018.

CAVALCANTE S., FRANCO M. F. A. **Profissão perigo:** percepção de risco à saúde entre catadores do Lixão do Jangurussu. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, vol. 7, n. 1, p. 211-231, mar. 2007.

CAVAZOTTE, F.S.C.N.; LEMOS, A.H.C.; VIANA, M.D.A. **Novas gerações no mercado de trabalho:** expectativas renovadas ou antigos ideais? *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 162-180, mar. 2012.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GORBÁN, D. Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 2, n. 8, p. 3-15, Buenos Aires, jul./set. 2004.

KREUTZ, I. T. **Cooperativismo Passo a Passo**. Departamento de Educação Cooperativista. Goiânia, 7ª Ed, 2004. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/4624132/Cartilha-sobreCooperativismo>. Acesso em: 12/01/2018.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** In: Psicologia e Sociedade – maio/ agosto-2006, vol.18, no 2, p.62- 71.

SILVA E SILVA, Maria O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. 2003. **Cooperativismo** – cooperativa. In: A.D. CATTANI (org.), A outra economia. Porto Alegre, Veraz, p. 63-72.

RDA. **Em novo adiamento, Senado amplia o prazo para fechamento dos lixões**

REIS, M. C. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 3, p. 297-319 set. 2006.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão: uma análise ético-psicossociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SEVERO, R. G. **Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas: situações de trabalho**. 2008. Dissertação. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/07/em-novo-adiamento-senado-amplia-prazo-para-fechamento-de-lixoes-1343.html>> Acesso em: 14/01/2018.